

A reforma do sistema de graus académicos

Está a terminar o período formal dado pelo actual Governo para a discussão pública da adaptação do sistema português de graus académicos ao chamado processo de Bolonha. A discussão foi muito modesta dentro do estreito âmbito dos responsáveis do Ensino Superior e não chegou a passar para o público, embora os efeitos de uma tal reforma possam afectar muito o mercado de trabalho, nomeadamente, o posicionamento dos empregadores face aos graduados. O problema pode complicar-se pelas expectativas que uma tal reforma pode criar nos activos em consequência de um possível reposicionamento do seu grau académico. Como o problema tem passado à margem dos empregadores potencialmente afectados por tal reforma, convém contar a história desde o princípio.

Em Maio de 1998, aquando da celebração dos 750 anos da Universidade de Paris – a Sorbonne – o então ministro da Educação francês, Claude Allègre, propôs aos seus colegas italiano, alemão e britânico a assinatura de uma declaração de intenções de reforma dos respectivos sistemas universitários com os objectivos genéricos de facilitar o reconhecimento internacional dos graus europeus com as óbvias consequências da melhor empregabilidade internacional. Por trás deste belo cenário parisiense, está a pressão do sistema universitário americano que pela sua penetração na Ibero-América e na Ásia ameaça transformar-se *de facto* no único sistema conhecido e reconhecido internacionalmente. A enorme agressividade das universidades americanas (e também de outras de língua inglesa, especialmente, britânicas e australianas) na atracção de alunos estrangeiros e a proposta também americana de introdução dos “serviços de educação” na ronda actual da Organização Mundial do Comércio são outros pontos que levaram muitos governos europeus a actuar com celeridade. Para os ministros italiano e alemão, a proposta foi muito oportuna por servir de alavanca a reformas que estavam em estudo. Um compromisso internacional era um óptimo alibi para que tais reformas fossem aceites pelas respectivas universidades evitando a delicada explicitação das razões políticas de fundo, a aceleração da entrada dos jovens no mercado de trabalho agora que o desemprego estava a baixar rapidamente e a falta de técnicos em certas áreas começava a ser dramática. Para o ministro britânico, a assinatura parecia inconsequente por o modelo proposto parecer próximo do já praticado no seu país. Esta tem sido a posição sempre mantida pelos britânicos com a sobranceira felicidade de verem o continente a aproximar-se dos ilhéus, embora a realidade seja bastante diferente. Para surpresa de todos, o documento de Paris (para além de ser mais um espinho político na solidariedade europeia) iniciou um processo de reformas que não mais parou e que parece ir transformar a face do sistema universitário europeu chegando a uma almejada “Área de Educação Superior Europeia” que ultrapassa em muito as fronteiras da União. A reunião de Bolonha em 1999 serviu de confirmação do interesse generalizado neste movimento e produziu uma declaração política

agora assinada por 31 países embora alguns com pouco entusiasmo como foi o caso do ministro português. Ainda um ano mais tarde, a reunião de Praga serviu para confirmar a permanência do interesse neste processo, levando agora a bordo os reitores e os estudantes através das suas associações europeias. Novo ponto da situação está marcado para Berlim no verão de 2003. Não há dúvida que algo de importante está em marcha mas é difícil ver claro através dos documentos oficiais em linguagem muito diplomática e hermética ou dos relatórios nacionais feitos mais a pensar nos impactos internos do que em fornecer uma imagem objectiva da realidade. Interessa por isso aprofundar o conhecimento da situação real através da Europa e alargar a discussão que deve interessar mais à população em geral do que às próprias instituições executantes.

O problema central põe-se quanto à estruturação de graus no continente europeu que se baseava mais geralmente em cursos organizados do primeiro ao último ano com um objectivo final único, o de produzir um graduado. As designações eram muito variáveis e frequentemente confusas quando vistas do exterior. Em Portugal e na Itália o título de Doutor ou *Dottore* estava associado a este primeiro grau de licenciatura ou de *Laurea*, enquanto que nos outros países só o doutoramento dava este título. Nenhum país da Europa se compraz como o nosso no uso generalizado dos títulos, qual sucedâneo para os baronatos do nosso século XIX! No sistema americano a estrutura de dois níveis, o *Bachelor* e o *Master*, está generalizada embora a carga posta no doutoramento seja ali bastante superior à norma europeia. O Reino Unido (e muitos países do seu velho império) têm um sistema intermédio e mais complexo: A entrada no mercado de trabalho faz-se com um *Bachelor* de três anos e mais frequentemente com *Honours* de quatro. As comparações são contudo dificultadas por a formação terminal no secundário ser em muitos países da Europa bastante superior à americana. É bem significativo que um inglês considera sua *Alma mater* a universidade onde obteve o primeiro grau enquanto que um americano poderá dar mais realce aquela onde completou o doutoramento! A declaração de Bolonha fala na adopção de um sistema de dois níveis, o *Bachelor* e o *Master*, o primeiro ao fim de três a quatro anos e o segundo ao fim de pelo menos cinco anos. O actual Secretário de Estado do Ensino Superior, Prof. Pedro Lourtie, esteve muito envolvido em todo este processo e parece ser o responsável pela adopção das traduções imediatas de *Bachelor* por “Bacharel ou Licenciado” e de *Master* por Mestre. Nesta linha, as actuais Licenciaturas de cinco (ou mais) anos seriam re-denominadas Mestrados (embora seja naturalmente pedida uma sempre difícil reorganização interna dos cursos). Presume-se que os antigos Licenciados seriam, neste novo quadro re-classificados como Mestres o que talvez não caísse mal na nossa cultura... Este ponto parece recolher o acordo generalizado (!) de Universidades e Institutos Politécnicos com a *pequena* diferença de que as primeiras exigiriam quatro anos enquanto que os segundos opinam que, seguindo a recomendação de Bolonha, deveriam poder ter três ou quatro anos. **Com uma pequena negociação chegar-se-á ao acordo de que um novo sistema de graus seja introduzido com um primeiro ciclo de (no mínimo) três anos dando o título de Licenciado**

– e portanto Dr. – e um segundo ciclo que completará os cinco anos para dar o título de Mestre. É esta perspectiva de reforma que deverá merecer uma atenção cuidada de todas as pessoas interessadas na educação dos nossos jovens, empregadores incluídos. Antes de embarcarmos numa tal aventura, e o país não tem sido parco em reformas do ensino que *a posteriori* se mostram mal sucedidas, deveríamos ver o que se passa à nossa volta. Os ajustes são necessários mas não são tão urgentes que tenhamos de avançar antes de ver o que acontece noutros países, especialmente no nosso competidor mais directo nesta Europa sem fronteiras, a Espanha. Com um sistema universitário com muitas semelhanças ao nosso no que concerne aos actuais primeiros graus de três e de quatro ou cinco anos, nada foi ainda feito nem está prometido para breve. Teremos de ser realistas e aceitar que seria desastroso se seguíssemos à risca as propostas de Bolonha enquanto os nossos vizinhos seguiam outro caminho. E deve notar-se que adivinhação é aqui muito difícil. Poderia ser prudente seguir o iniciador de todo este processo, a França. O sistema de Ensino Superior francês é extremamente complexo e não pareceu ainda necessário fazer grandes mexidas formais depois do encontro da Sorbonne. (Mudanças substanciais têm sido feitas ao longo dos anos para melhorar a prestação de todo o sistema mas disso não se fala entre nós.) Da herança napoleónica nós soubemos herdar apenas a organização centralizadora, rígida e muito pesada. Não vimos que o próprio Napoleão, pressionado pelas consequências da Revolução sobre todo o sistema de ensino, criou instituições muito diversas que ainda hoje se mantêm como referências internacionais do máximo prestígio. O sistema francês evoluiu para o que é talvez o mais complexo do mundo, dando aos jovens escolhas de nível e duração muito variadas. O sistema parece ter servido bem a França. Claude Allègre nada alterou neste edifício labiríntico! Apenas criou um novo título, só um nome, curiosamente denominado *Mastaire*. Este grau é concedido a todos os que tenham completado cinco anos de estudos, quer numa universidade, quer num *Grande École*. Assim procura facilitar a inteligibilidade internacional do sistema francês no mercado de trabalho. Porque não damos um primeiro passo copiando um pouco os franceses?

O nosso sistema de ensino superior é único na Europa pelo peso das instituições privadas. O nível real das diversas instituições universitárias e politécnicas é muito diverso embora isso não transpareça muito das actuais avaliações que têm apenas objectivos de auto-melhoria. Esta diversidade pode ser um problema para alguns ideólogos, mas não é de crer que, a fazer-se a aplicação da Lei de Ordenamento do Ensino Superior, algum contributo para a melhoria substancial das instituições ou para a melhor prestação dos jovens aí formados pudesse resultar. A diversidade do sistema deve ser vista *à la française* como um grande valor em si mesma! Permite acolher jovens com aspirações e capacidades muito diversas; permite formar pessoas para tarefas muito diversas numa organização social cada vez mais complexa.

Está bem confirmado que os nossos jovens procuram em geral uma formação longa e só forçados consideram outra alternativa. Deixemos às instituições a liberdade de organizar os

seus perfis de formação com durações variadas; se as “obrigarmos” a dar um diploma ao fim de dois anos de estudos poderemos facilitar a comunicação entre os vários sistemas e dar uma saída satisfatória e socialmente útil aos estudantes que no nosso sistema de acesso vão parar a um curso indesejado ou verificam *a posteriori* que o curso escolhido não satisfaz as suas aspirações ou capacidades. Esta sugestão faz parte das recomendações internacionais do processo de Bolonha, foi introduzida na França pós-1968 na forma do *DEUG (diplome d'études universitaires generales)* e existe noutros países. A partir deste diploma inicial os jovens poderiam re-orientar as suas carreiras desde que as instituições fossem estimuladas a dar formações curtas bem adaptadas a um posto de trabalho. Isto já acontece entre nós em programas para a inserção de licenciados e poderia por esta via ser mais eficiente e evitar muitas frustrações

José Ferreira Gomes
Universidade do Porto